



Nota Técnica
Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS
Brasília/DF, 04 de dezembro de 2013.

Ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

ASSUNTO: Subsídios e encaminhamento da proposta de Moção que recomenda ao Ministério de Minas e Energia, Conselho Nacional de Políticas Energéticas e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis a realização de estudos que ofereçam melhor conhecimento, tanto sobre as propriedades intrínsecas das jazidas e as condições de sua exploração, como das consequências ambientais dessa atividade, antes de permitir a exploração do gás de xisto (gás não convencional), garantindo assim a segurança hídrica.

REFERÊNCIA

- Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, publicada no D.O.U. em 9/1/1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências;
- Resolução CNRH nº 09 de 21 de junho de 2000, que define as atribuições imputadas à Câmara Técnica de Águas Subterrâneas; pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos CNRH;
- A Década Brasileira da Água, instituída por Decreto de 22 de março de 2005, cujos objetivos são promover e intensificar a formulação e a implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água, em todos os níveis, assim como assegurar a ampla participação e cooperação das comunidades voltadas ao alcance dos objetivos contemplados na Política Nacional de Recursos Hídricos ou estabelecidos em convenções, acordos e resoluções a que o Brasil tenha aderido;
- A manifestação, por parte da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC), de preocupação com o anúncio de incluir o chamado “Gás de Xisto”, obtido por fraturamento de rocha de campos de gás natural em bacias sedimentares brasileiras, em licitação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), em novembro de 2013;
- Parecer do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração de Petróleo e Gás – GTPEG nº 03 de 2013, de 03 de outubro de 2013, que aponta a necessidade de análise ambiental prévia das áreas propostas para a 12ª Rodada de Licitações da ANP;
- Nota Técnica SSM nº 345/ANP, de 14 de outubro de 2013, que tem por objetivo subsidiar a resolução que define regras, limites e requisitos mínimos para a atividade de exploração,

desenvolvimento e produção de reservatórios de gás não convencional no Brasil, por meio da técnica de fraturamento hidráulico.

FUNDAMENTAÇÃO

Em setembro de 2013, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), publicou na Imprensa Oficial o edital da 12ª rodada de leilões para contratos de concessão exploração de jazidas de petróleo e gás natural. O referido edital prevê a concessão de 240 (duzentos e quarenta) blocos terrestres, localizados em bacias sedimentares (Recôncavo Baiano, Sergipe-Alagoas, Acre-Madre de Dios, Paraná, Parecis, Parnaíba e São Francisco), com a admissão de modelos exploratórios não convencionais, assim definida a obten o do gás natural a partir da fratura de folhelhos, por pressão hídrica.

A discussão do tema e a elabora o da presente proposta de Moço foram definidas durante a 85  Reunião da Câmara Técnica de  guas Subterrâneas – CTAS, que ocorreu nos dias 23 e 24 de outubro de 2013, com a participa o da Agência Nacional de Pet leo – ANP, apresentando palestra sobre a explora o do gás não convencional no Brasil, e da Agência Nacional de  guas – ANA, com a apresenta o sobre a  feros aflorantes nos blocos da 12  Rodada de Licita o da ANP.

A tecnologia de explora o deste gás está embasada em processos invasivos da camada geológica portadora do gás (folhelho), por meio da técnica de fraturamento hídrico, com inje o de grande quantidade de água e areia, aditivados com substâncias químicas, podendo ocasionar vazamentos e contamina o do a  fero de água doce que ocorrem acima do xisto.

Outro aspecto importante   a utiliza o de grandes volumes de água necessários para explota o do gás de xisto, que retornam para a superfície poluídos por hidrocarbonetos e outros compostos e metais presentes na rocha, assim como pelos aditivos químicos utilizados, exigindo técnicas de alto custo para a descontamina o e descarte dos resíduos gerados. Além destes contaminantes, a salinidade excessiva   outro problema para a disposi o em ambiente terrestre.

Destaca-se ainda que boa parte das reservas de gás de xisto da Bacia do Paraná está ao longo do A  fero Guarani, que representa a maior fonte de água doce de ótima qualidade da América do Sul. A falta de conhecimento acerca da seguran  hídrica nesta região para a explora o e explota o deste gás, pelo fraturamento hídrico, vai de encontro ao princípio de precau o, necessitando ser melhor avaliada para dirimir a inseguran  e avaliar o risco potencial de contamina o deste a  fero.

Devido   grande quantidade de água demandada para a explota o de gás de xisto, esta atividade pode representar uma forte concorrência aos usos múltiplos, especialmente para o abastecimento público, sendo necessária uma avalia o aprofundada sobre os recursos hídricos, integrada aos potenciais reservatórios de gás não convencional e as características geológicas associadas, sendo fundamental este conhecimento para uma tomada de decisão, avaliando a sustentabilidade entre os recursos hídricos e os recursos energéticos.

A Câmara Técnica de  guas Subterrâneas entende não haver elementos suficientes para uma tomada de decisão sobre a explora o e explota o de gás não convencional no Brasil. Diante da necessidade de maior conhecimento sobre a técnica de fraturamento hídrico   imperativo o desenvolvimento de estudos que visem a seguran  hídrica e mitiga o dos riscos ambientais inerentes   atividade.

Portanto, a CTAS solicita aprova o pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos de Proposta de Moço desta Câmara Técnica que recomenda ao Ministério de Minas e Energia, o Conselho

Nacional de Políticas Energéticas e à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a realização de estudos que ofereçam maior e melhor conhecimento sobre as propriedades intrínsecas das jazidas e as condições de sua exploração (condições de pesquisa) e exploração (extração com fins econômicos), bem como das consequências ambientais dessas atividades, em especial ao que se concerne aos recursos hídricos subterrâneos e superficiais, antes de permitir a exploração do gás não convencional no Brasil.



Maricene Menezes de Oliveira Mattos Paixão

Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas – CTAS
Brasília/DF, 04 de dezembro de 2013.